



ANO 01 - Nº 01 - JUL. / DEZ. 2015

REVISTA
**DIREITOS,
TRABALHO E
POLÍTICA SOCIAL**

ISSN 2447-0023



ANO 01 - Nº 01 - JUL. / DEZ. 2015

REVISTA
DIREITOS,
TRABALHO E
POLÍTICA SOCIAL

ISSN 2447-0023



UFMT

Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso

Reitora

Maria Lúcia Cavalli Neder

Vice-Reitor

João Carlos de Souza Maia

Coordenadora da Editora Universitária

Lucia Helena Ventrúsculo Possari

Periódico semestral

Publicação dos Programas de Pós Graduação em Política Social-PPGPS e
Direito Agroambiental-PPGDA

Projeto aprovado na gestão 2013/2014 do PPGPS

Ivone Maria Ferreira da Silva e Marluce Souza e Silva

Projeto aprovado na gestão 2013/2014 do PPGDA

Carlos Teodoro Irigaray e Patryck Ayala

Coordenadoras do Programa de Pós Graduação em Política Social (2015/2016)

Leana Oliveira Freitas e Erivã Garcia Velasco

Coordenadores do Programa de Pós Graduação em Direito Agroambiental (2015/2016)

Marcelo Antonio Theodoro e Valério de Oliveira Mazzuoli

Editora responsável

Marluce Souza e Silva

Conselho Editorial Científico

Carla Reita Faria Leal

Imar Domingos Queiroz

Iris Maria de Oliveira

Sara Graneman

Tania Maria Santana dos Santos

Thiago Gurjão Alves Ribeiro

Valdiney Antonio de Arruda

Pareceristas

Antonio Sérgio Piedade

Carlos Eduardo Silva e Souza

Imar Domingos Queiroz

Iris Maria de Oliveira

Izabel Cristina Dias Lira

Janaina Carvalho

Leana Oliveira Freitas

Tania Maria Santana dos Santos



REVISTA

**DIREITOS,
TRABALHO E
POLÍTICA SOCIAL**

ANO 01 - Nº 01 - JUL. / DEZ. 2015 - TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL

ISSN 2447-0023

© Marluce Souza e Silva (Editora), 2015.

A reprodução não autorizada dessa publicação por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

R454 Revista direitos, trabalho e política social [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Mato Grosso ; editora Marluce Souza e Silva. – Vol. 1, n. 1 (jul./dez. 2015)- . – Cuiabá : UFMT, 2015-.v. ; 23 cm.

Semestral.
Publicação dos Programas de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) e Pós-Graduação em Direito Agroambiental (PPGDA).

ISSN 2447-0023

1. Política social. 2. Direito agroambiental. 3. Trabalhador – Proteção social. I. Universidade Federal de Mato Grosso. II. Silva, Marluce Souza e.

CDU 304.4:[349.42:349.6](051)

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Jordan Antonio de Souza - CRB1/2099

Publicação dos:

Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS
Programa de Pós-Graduação em Direito Agroambiental - PPGDA

Revisão e normalização:

Marluce Souza e Silva

Capa, projeto gráfico e diagramação:

Neemias Alves

Fotografia de capa:

Cléber Gellio

Editoração eletrônica:

Téo de Miranda



EDITORIAL

A revista “Direitos, Trabalho e Política Social” vem atender uma demanda apresentada pelos Programas de Pós-Graduação em Política Social e em Direito Agroambiental, que está sendo viabilizada por meio do Projeto Ação Integrada (PAI), cuja coordenação geral é constituída pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-MT), Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) - 23ª Região e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O projeto conta com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS/MT), da Fundação Uniselva, do sistema SENAI e SESI, do Centro de Pastoral para Migrantes e do Centro Burnier Fé e Justiça.

Essa parceria representa para a Universidade Federal de Mato Grosso, em especial para os programas de pós-graduação acima mencionados, o reflexo de seu compromisso com a sociedade matogrossense, visto que entre os estados flagrados como exploradores de mão de obra escrava está Mato Grosso com 9% dos registros, ocupando um vergonhoso terceiro lugar, onde o Pará aparece em primeiro lugar com 27% de flagrantes; Minas Gerais com 11% e Goiás com 8%.

A partir desta realidade o PAI permanece construindo alternativas para reduzir a vulnerabilidade de trabalhadores e trabalhadoras resgatados/as e expostos/as a uma situação de exploração e de aliciamento que fragiliza o projeto nacional de aprofundamento da democracia e de justiça social, visto que a principal característica desse tipo de trabalho é a coação e a negação da liberdade, onde os trabalhadores são “depositados” em locais isolados, apertados e

insalubres, tendo, quase sempre, seus documentos retidos em função de dívidas contraídas com os próprios empregadores.

Desta forma o Projeto Ação Integrada vem criando condições e propondo iniciativas às instituições privadas, públicas e à sociedade civil, que promovam a modificação social, educacional e econômica dos trabalhadores/as retirados do trabalho análogo à escravidão.

A participação da UFMT no PAI se deu, inicialmente, com a presença do Curso de História, mas a partir de 2011 esta participação segue fortalecida por meio de projetos apresentados pelos docentes e discentes do curso de graduação em Serviço Social e dos cursos de mestrados em Política Social e em Direito Agroambiental. Entre tais projetos, destaca-se a criação e organização desta revista, que em seu primeiro número apresenta quatorze artigos relacionados ao “trabalho e à proteção social do trabalhador”, no contexto das atuais transformações do trabalho contemporâneo.

Profissionais de diferentes áreas, com participação mais acentuada do Serviço Social e do Direito uniram-se para pensar a complexidade e a dimensão do referido tema.

O artigo de **Renan Bernardi Kalil** e **Thiago Gurjão Alves Ribeiro** abre a coletânea, apresentando uma contribuição valiosa para o debate, cuja análise é construída a partir da ideia de combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, discorrendo sobre as ações repressivas e assistencial-preventiva. O artigo delinea o arcabouço jurídico que protege o trabalhador diante da sua submissão a condições análogas à de escravo e demonstra a forma pela qual ocorrem as ações fiscais.

Maria Augusta Tavares analisa a orientação neoliberal que legitima as formas contemporâneas de exploração do trabalho, e que atribui aos trabalhadores uma autonomia que é negada pela realidade.

Essa suposta autonomia explica o crescimento do *self-employed*, embora o conteúdo das relações (comando da produção, determinação do valor, tempo etc.), demonstra uma expansão da informalidade, mediante adoção do salário por peça. Toma o trabalho como unidade de referência e analisa a tendência à generalização do trabalho informal no mundo e suas consequências histórico-sociais.

Cristiano Soares de Souza e Irenilda Angela dos Santos apresentam um estudo acerca da importância do microcrédito como alternativa para ampliação da distribuição de renda e diminuição da pobreza no Brasil. Resulta de uma análise exploratória com base em conceitos e fundamentos do modelo proposto por Karl Max, onde são identificadas as falhas do sistema capitalista de produção, o antagonismo eterno entre capital e trabalho, desigualdades sociais, bem como, a crescente degradação dos valores culturais, humanos e do meio ambiente.

Adriana Vanderlei Pommer Senn e Marcelo Laet do Nascimento analisam a categoria dos segurados especiais da Previdência Social, formada por pequenos trabalhadores rurais, que produzem em regime de economia familiar e sem a utilização de empregados. Apontam que tais segurados teriam direito à aposentadoria por idade, todavia, as leis que a regulam possuem particularidades e conceitos jurídicos indeterminados.

Fabiane Santana Previtali e Cílon César Fagiani discorrem sobre a relação entre trabalho e educação, em particular sobre o processo de inovação tecnológica e as demandas do mercado para requisitos de maior qualificação da força de trabalho.

Jane de Souza Melo, Yann Diego Souza Timótheo de Almeida e Bismarck Duarte Diniz oferecem um texto sobre o

trabalho decente, concebendo-o como a atividade que procura garantir os direitos fundamentais ao trabalhador, condizentes com sua dignidade humana. Relatam dados parciais de pesquisa que investiga o trabalho do menor aprendiz alinhado ao trabalho decente, como forma de garantir ao menor trabalhador condições mínimas em razão da especialidade de seu contrato de trabalho, que visa a formação técnica-profissional em detrimento da aferição de renda.

Raquel Varela discorre sobre a relação entre lutas políticas e direitos sociais, tendo Portugal como lócus de observação. Discorre sobre os direitos sociais num sentido amplo – direitos político-democráticos, laborais e sociais.

Cristiane Rodrigues Soares Almeida, Marta de Lima Castro e Valnês Dias Borges analisam a possibilidade da rescisão indireta do contrato de trabalho por tempo indeterminado como mecanismo de promoção da dignidade, bem como forma de exercício do *jus resistentiali* por parte do trabalhador, contra as arbitrariedades do empregador.

Mauê Ângela Romeiro Martins aponta que a prática capitalista induziu nos países a necessidade da adoção de praticidades e eficiência na prática agrícola, a fim de obter menos perdas nas lavouras e a acentuação da produtividade. E que, para isso, foram inseridos os métodos de controle de pragas sintéticos na agricultura mundial e brasileira, sob o pretexto de suprir a demanda alimentar, o que produziu outros problemas, principalmente quando os trabalhadores rurais se tornam alvos imediatos dos agrotóxicos, porque “lidam” diretamente e diariamente com os compostos químicos.

Valerio de Oliveira Mazzuoli apresenta ensaio onde investiga a integração das convenções e recomendações da OIT no

Brasil, sob a perspectiva do princípio *pro homine*. O estudo revela o modo de elaboração desses instrumentos internacionais, bem como tais convenções e recomendações da OIT se internalizam na ordem jurídica brasileira. O artigo conclui que a aplicação das convenções e recomendações da OIT no Brasil deve pautar-se pelo princípio *pro homine*, segundo o qual a primazia é da norma mais favorável ao ser humano (trabalhador) sujeito de direitos.

Michele Beutinger de Mattos discorre sobre a promoção do trabalho decente no Brasil. Demonstra que o trabalho decente promovido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT no Brasil produz diversas realizações sociais, dentre elas a inclusão e proteção sociais. Para tanto, mediante revisão bibliográfica de obras de direito ambiental do trabalho, direito do trabalho e direito ambiental, bem como das diversas publicações da OIT, demonstra como a promoção do trabalho decente é imprescindível para a superação do desemprego, da informalidade, do trabalho infantil e forçado, do trabalho sem as mínimas condições de saúde e segurança, do tratamento desigual para e no emprego, e como contribui para a integração de migrantes e refugiados ambientais.

Marcia Helena Milesi Retiz e Tânia Maria Santana dos Santos discutem a inserção do jovem no mercado de trabalho e a sua relação com a educação profissional, ambos permeados pela conjuntura política brasileira a qual se configura na atual conjuntura por desigualdades sociais e econômicas, redução de direitos e outras implicações que incidem diretamente sob a educação e o trabalho no Brasil. Apontam os desafios que demandam novas posturas do Estado e da sociedade na busca de implementação de políticas que ao invés de limitar devem propiciar o acesso amplo e irrestrito

dos direitos, através de uma educação inclusiva e de qualidade e o direito ao trabalho, sem que ambos venham a ser fatores excludentes um do outro dentro da sociedade, mas que através deles possa ser assegurada a igualdade de oportunidades.

Fernanda de Castro Carvalho traz um breve histórico do trabalho escravo. Revela a forma com que esse mal social se perpetuou no tempo e assumiu novas manifestações, trazendo consigo novos desafios para seu enfrentamento. Enfatiza que, para além da restrição da liberdade, o trabalho escravo também se manifesta na total afronta à dignidade do trabalhador, que é submetido a jornadas exaustivas e a condições degradantes de trabalho.

Luís Antônio Camargo de Melo, Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Jonas Ratier Moreno e Luiz Carlos Michele Fabre analisam o texto aprovado para o Protocolo adicional e a Recomendação Acessória à Convenção 29 da OIT sobre o trabalho forçado ou obrigatório. Enfatizam que, nesse contexto, o Ministério Público do Trabalho delineou objetivos estratégicos na questão da deliberação sobre a adoção de um protocolo adicional à Convenção de 1930. Discorrem sobre o conceito doméstico de trabalho escravo e enfatizam que este é mais abrangente que os conceitos internacionais afins, e indicam que não são apenas as razões de ordem humanitária que empolgam o combate ao trabalho escravo, mas também, as razões de ordem econômica que trata de proteger o empregador, cumpridor da legislação, da concorrência desleal.

Considerados em seu conjunto, entendemos que os artigos traçam um amplo panorama das múltiplas determinações do trabalho na realidade atual, quer em relação aos desafios postos ao Estado, quer em relação aos desafios postos aos trabalhadores.

SUMÁRIO

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E PROTEÇÃO SOCIAL.....	15
Renan Bernardi Kalil Thiago Gurjão Alves Ribeiro	
O TRABALHO INFORMAL E SUA SUPOSTA AUTONOMIA: UMA MODALIDADE FLEXÍVEL DE EXPLORAÇÃO	39
Maria Augusta Tavares	
CRISES ECONÔMICAS, DESEMPREGO, POBREZA E ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE MARX.....	59
Cristiano Soares de Souza Irenilda Angela dos Santos	
REQUISITOS DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE APOSENTADORIA POR IDADE AO SEGURADO ESPECIAL	79
Adriana Vanderlei Pommer Senn Marcelo Laet do Nascimento	
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E TRABALHO TERCEIRIZADO: AS BASES DO CONTROLE DO CAPITAL NO SÉCULO XXI	102
Fabiane Santana Previtali Cílson César Fagiani	
O TRABALHO DECENTE DO MENOR APRENDIZ	129
Jane de Souza Melo Yann Diego Souza Timótheo de Almeida Bismarck Duarte Diniz	

CONFLITOS POLÍTICOS E DIREITOS SOCIAIS EM
PORTUGAL NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX..... 149

Raquel Varela

RESCISÃO INDIRETA COMO INSTRUMENTO DE
PROMOÇÃO DA DIGNIDADE DO TRABALHADOR 178

Cristiane Rodrigues Soares Almeida

Marta de Lima Castro

Valnês Dias Borges

O TRABALHADOR RURAL E OS AGROTÓXICOS..... 198

Mauê Ângela Romeiro Martins

INTEGRAÇÃO DAS CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES
INTERNACIONAIS DA OIT NO BRASIL E SUA APLICAÇÃO SOB
A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO PRO HOMINE..... 218

Valerio de Oliveira Mazzuoli

CONQUISTAS SOCIAIS A PARTIR DA PROMOÇÃO DO
TRABALHO DECENTE NO BRASIL..... 252

Michele Beutinger de Mattos

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O PROCESSO EDUCATIVO NA
TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL..... 276

Marcia Helena Milesi Retiz

Tânia Maria Santana dos Santos

OS TRATADOS INTERNACIONAIS COMO
FONTE NORMATIVA DE HERMENÊUTICA:
O CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL..... 297

Fernanda de Castro Carvalho

O NOVO DIREITO DO TRABALHO:
A ERA DAS CADEIAS PRODUTIVAS 311

Luís Antônio Camargo de Melo

Cristina Aparecida Ribeiro Brasileiro

Jonas Ratier Moreno

Luiz Carlos Michele Fabre